

CORREIO DE SERGIPE

QUEM LÊ SABE MAIS

Ano XVII • Aracaju (SE)

FUNDADOR: JOÃO ALVES NETO, EM 21 DE JANEIRO DE 2001

Aracaju (SE), SEXTA-FEIRA, 24 de março de 2023

GRUPO **energisa**

Demonstrações Financeiras 2022



ENERGISA SERGIPE DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ nº 13.017.462/0001-63

Resultados 2022

Aracaju, 16 de março de 2023 - A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Sergipe", "ESE" ou "Companhia") apresenta os resultados do quarto trimestre (4T22) do exercício de 2022. As demonstrações financeiras apresentadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



¹) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção. No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2022	2021	Acrescimento
Subestações - nº	33	33	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	841	838	3
Linhas de transmissão - km	1.359	1.336	23
Redes de distribuição - km	27.664	27.335	329
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	49.529	48.377	1.152
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.101	1.061	40

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques

Resumo-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Descrição	Resultados - R\$ milhões					
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Receita operacional bruta	538,8	747,7	-27,9	2.274,0	2.501,5	-9,1
Receita operacional bruta, sem receita de construção ⁽¹⁾	508,7	701,8	-27,5	2.036,3	2.371,0	-14,1
Receita operacional líquida	399,2	562,6	-29,0	1.635,0	1.846,4	-11,4
Receita operacional líquida sem receita de construção ⁽¹⁾	369,0	516,7	-28,6	1.397,2	1.715,9	-18,6
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	103,0	119,2	-13,5	401,0	400,7	+0,1
EBITDA	123,2	136,9	-10,0	477,5	470,3	+1,5
EBITDA ajustado ⁽²⁾	109,8	111,5	-1,5	421,0	390,0	+7,9
Resultado financeiro	(25,7)	(25,1)	+2,6	(88,9)	(42,6)	+108,6
Lucro líquido	73,1	75,2	-2,8	269,6	296,4	-9,0
Lucro líquido ajustado ⁽³⁾	64,3	53,7	+19,7	242,0	228,3	+6,0

Indicadores Operacionais	2022			2021		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Número de consumidores cativos (mil)	847,6	824,0	+2,9	847,6	824,0	+2,9
Vendas de energia aos consumidores cativos - (GWh) ⁽⁴⁾	588,4	595,7	-1,2	2.307,5	2.407,0	-4,1
Vendas de energia a consumidores cativos + livres - (GWh) ⁽⁴⁾	723,6	745,7	-3,0	2.844,9	2.897,5	-1,8

Indicadores Financeiros - R\$ milhões	2022			2021		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Ativo total	-	-	-	2.339,0	2.425,0	-3,5
Caixa/equivalentes de caixa/aplicações financeiras	-	-	-	161,5	119,6	+35,1
Patrimônio líquido	-	-	-	675,4	592,5	+14,0
Endividamento líquido	-	-	-	976,5	768,4	+27,1

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. (2) EBITDA ajustado: EBITDA expurgando o efeito do VNR. (3) Lucro líquido ajustado: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. (4) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. RECEITA OPERACIONAL

No 4T22, a Companhia apresentou receita operacional bruta de R\$ 538,8 milhões, ante R\$ 747,7 milhões registrados no 4T21, redução de 27,9% (R\$ 208,9 milhões). A receita operacional líquida, mostrou redução de 29,0% (R\$ 163,4 milhões) no mesmo período. A receita operacional líquida do período está influenciada pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 13,3 milhões. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 4T22, foi de R\$ 355,7 milhões, 28,1% (R\$ 139,0 milhões) menor do que o mesmo período de 2021. Em 2022, o total foi de R\$ 1.355,4 milhões, redução de 18,1% (R\$ 300,1 milhões) em relação a 2021. A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	409,1	494,0	-17,2	1.754,9	1.740,4	+0,8
Residencial	224,7	262,6	-14,4	965,9	939,3	+2,8
Industrial	26,0	32,4	-19,8	110,2	114,6	-3,8
Comercial	84,4	112,0	-24,6	379,3	375,3	+1,1
Rural	17,0	20,6	-17,4	61,8	63,2	-2,2
Outras classes	57,0	66,4	-14,2	237,7	248,1	-4,2
(+) Suprimento de energia elétrica	6,1	55,0	-88,9	33,8	119,5	-71,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	0,9	22,1	-95,7	(21,6)	46,8	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	28,4	24,6	+15,1	112,8	82,1	+37,5
(+) Receita de construção de infraestrutura	30,2	45,9	-34,2	237,8	130,5	+82,3
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	12,0	51,5	-76,7	(28,5)	196,3	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	32,7	28,4	+15,0	122,8	102,5	+19,7
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	13,3	22,0	-39,6	41,8	60,4	-30,8
(+) Outras receitas	6,2	4,1	+49,2	20,2	23,0	-12,0
(=) Receita operacional bruta	538,8	747,7	-27,9	2.274,0	2.501,5	-9,1
(-) Impostos sobre vendas	109,8	166,6	-34,1	519,2	574,8	-9,7
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	-	(2,6)	-	-	0,2	-
(-) Encargos setoriais	29,9	21,0	+42,2	119,9	80,1	+49,7
(=) Receita operacional líquida	399,2	562,6	-29,0	1.635,0	1.846,4	-11,4
(-) Receita de construção de infraestrutura	30,2	45,9	-34,2	237,8	130,5	+82,3
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	369,0	516,7	-28,6	1.397,2	1.715,9	-18,6

No comparativo entre os trimestres, a diminuição da receita líquida é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

(I) Na rubrica de Receita de energia elétrica, a tarifa cobrada no 4T21 estava adicionada das bandeiras tarifárias de escassez hídrica, portanto, mais alta do que a tarifa do mesmo período 2021, além de uma redução de mercado cativo da distribuição;

(II) Redução de 88,9% (R\$ 48,9 milhões) no suprimento de energia em virtude da queda do PLD que esteve perto do piso para o 4T22, em média R\$ 55,70/MWh, ante a média era de R\$ 134,63/MWh para o 4T21.

3.1. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 723,6 GWh, redução de 3,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 2022, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (2.844,9 GWh) da Companhia apresentou queda de 1,8%, em relação ao ano anterior. O mercado da distribuidora caiu em 7 dos 12 meses, puxada principalmente pelas classes Industrial e Rural. A classe Industrial (-15,0%) foi impactada principalmente pelo setor têxtil, a classe Rural (-14,4%) foi influenciada sobretudo pela menor utilização em irrigação. A classe Comercial cresceu 3,1%, em linha com Poder Público (+15,2) devido a retomada das atividades. A classe Residencial cresceu 1,5% motivada, sobretudo, pelo aumento no número de consumidores devido a reclassificação determinada pela Resolução Anel 901.

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Residencial	303,2	296,0	+2,4	1.196,7	1.185,3	+1,0
Industrial	95,3	119,1	-20,0	395,5	465,3	-15,0
Cativo Industrial	38,9	41,8	-6,8	156,7	171,8	-8,8
Livre Industrial	56,3	77,3	-27,1	238,8	293,5	-18,6
Comercial	148,4	151,4	-2,0	583,0	565,4	+3,1
Cativo Comercial	103,5	111,5	-7,2	416,2	424,5	-1,9
Livre Comercial	44,8	39,8	+12,6	166,9	140,9	+18,4
Rural	34,8	38,3	-9,1	111,0	129,7	-14,4
Cativo Rural	34,2	37,7	-9,3	108,5	127,5	-14,9
Livre Rural	0,7	0,6	+5,6	2,5	2,2	+10,4
Outros	141,9	141,0	+0,6	558,7	551,8	+1,3
Cativo Outros	108,6	108,7	-0,1	429,3	497,9	-13,8
Livre Outros	33,3	32,3	+3,0	129,4	53,8	+140,3
1 Vendas de energia no mercado ativo	588,4	595,7	-1,2	2.307,5	2.407,0	-4,1
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	135,2	150,1	-9,9	537,4	490,5	+9,6
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	723,6	745,7	-3,0	2.844,9	2.897,5	-1,8
4 Fornecimento não faturado	21,8	22,1	-1,3	(3,1)	7,4	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	745,4	767,9	-2,9	2.841,8	2.904,8	-2,2

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou esse trimestre com 847.588 unidades consumidoras cativas, número 2,9% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, e com 172 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - clique no link

A Companhia encerrou o trimestre com indicador de perdas total apresentando uma redução de 0,25 p.p. em relação ao trimestre anterior e seguindo abaixo do referencial regulatório. Comparando com o mesmo período do ano anterior observa-se um crescimento de 0,10 p.p. devido a um efeito de base pela redução de um grande consumidor em 2022. Observa-se que as perdas em GWh reduziram nesse mesmo período, com destaque para a redução de 10,8GWh no último trimestre, o que reforça a trajetória positiva decorrente do plano de investimento e das ações estruturantes de combate as perdas da empresa. O comportamento das perdas de energia elétrica da Companhia foi o seguinte:

Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas totais (%)			ANEEL
dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	
7,57	7,71	7,76	2,59	2,80	2,50	10,16	10,51	10,26	10,66

Perdas técnicas (GWh)			Perdas não-técnicas (GWh)			Perdas totais (GWh)			Var. (%) ⁽¹⁾
dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	
253,6	257,1	256,7	86,6	93,2	82,8	340,1	350,3	339,5	-3,1

(1) Variação dez/22 vs set/22. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

3.3. Gestão da inadimplência

3.3.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o faturamento líquido da Companhia no período de 12 meses, apresentou a seguinte evolução:

PPECLD (% do faturamento líquido)	Em 12 meses (%)			Variação em p.p.
	dez/22	dez/21	dez/20	
ESE	0,82	0,70	0,70	+0,12

Na companhia, o desempenho se manteve estável em relação ao ano anterior, mantendo a ESE como uma das empresas de referência na gestão da inadimplência da região Nordeste.

3.3.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de arrecadação (%)	Em 12 meses (%)			Variação em p.p.
	dez/22	dez/21	dez/20	
ESE	98,05	98,25	98,25	-0,20

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A Companhia obteve redução de 0,87 horas no DEC e incremento 0,02 vezes no FEC, em relação ao mesmo período do ano anterior, mantendo uma boa distância para os níveis regulatórios.

Indicadores de qualidade	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	dez/22	dez/21	Var. (%)	dez/22	dez/21	Var. (%)		
ESE	9,68	10,55	-8,3	4,82	4,80	+0,5	11,44	7,60

3.5. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Anel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
ESE	32,7	28,4	+15,0	122,8	102,5	+19,7

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 266,0 milhões no 4T22, redução de 33,1% (R\$ 131,6 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2021.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	182,8	318,6	(42,6)	711,1	1.049,8	(32,3)
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	152,7	297,1	(48,6)	602,5	955,0	(36,9)
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	30,1	21,5	40,0	108,6	94,7	14,6
2 Custos e despesas controláveis	61,5	61,0	0,8	201,2	191,4	5,2
2.1 PMSO	59,4	67,3	(11,7)	181,6	195,6	(7,2)
2.1.1 Pessoal e administradores	25,2	39,3	(35,9)	62,9	92,6	(32,1)
2.1.2 Benefício pós-emprego	0,5	(3,5)	-	9,3	2,6	251,5
2.1.3 Material	4,5	4,1	9,8	17,8	14,4	23,7
2.1.4 Serviços terceiros	22,5	21,1	6,5	75,0	70,9	5,7
2.1.5 Outras	6,7	6,2	7,7	16,6	15,0	10,7
Contingências contratuais e regulatórias	0,1	0,1	44,3	0,5	0,3	58,1
Contingências (liquidação de ações civis)	-	2,6	-	-	5,4	-
Outros	6,6	3,6	83,5	16,1	9,2	74,0
2.2 Provisões/Reversões	2,0	(6,3)	-	19,6	(4,3)	-
2.2.1 Contingências	3,3	(8,0)	-	4,3	(17,1)	-
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	(1,2)	1,7	-	15,3	12,8	19,5
3 Demais receitas/despesas	21,7	18,0	20,5	83,9	74,0	13,3
3.1 Amortização e depreciação	20,1	17,7	13,5	76,5	69,6	10,0
3.2 Outras receitas/despesas	1,6	0,3	463,2	7,4	4,5	66,1
3.3 Custos e despesas operacionais (1+2+3, s/ custo de construção de infraestrutura)	266,0	397,6	(33,1)	996,2	1.315,2	(24,3)
Custo de construção de infraestrutura ⁽¹⁾	30,2	45,9	(34,2)	237,8	130,5	82,3
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	296,2	443,5	(33,2)	1.234,0	1.445,6	(14,6)

(1) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 25,7 milhões, redução de 35,9% (R\$ 10,1 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

(i) Redução de R\$ 8,5 milhões na rubrica de indenizações trabalhistas que passaram a ser contabilizados em Provisões a partir do 1T22.

(ii) Redução de R\$ 4,0 milhões na rubrica de Fundo de pensão e Ajustes atuariais.

Em 2022, as despesas com pessoal totalizaram R\$ 72,2 milhões, redução de 24,2% (R\$ 23,0 milhões), impactado, principalmente pela reclassificação das indenizações trabalhistas para outras despesas.

Despesas com materiais e serviços de terceiros

Em 2022, as despesas com materiais e serviços de terceiros atingiram R\$ 27,0 milhões, acréscimo de 7,1% (R\$ 1,8 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

(i) Aumento de R\$ 1,5 milhões nas despesas com serviço de poda e limpeza de faixa na área de concessão.

Em 2022, as despesas com materiais e serviços totalizaram R\$ 92,8 milhões, acréscimo de 8,7% (R\$ 7,4 milhões).

Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 6,7 milhões, acréscimo de 7,7% (R\$ 0,5 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado em 2

CORREIO DE SERGIPE

QUEM LÊ SABE MAIS

Ano XVII - Aracaju (SE)

FUNDADOR: JOÃO ALVES NETO, EM 21 DE JANEIRO DE 2001

Aracaju (SE), **SEXTA-FEIRA**, 24 de março de 2023



ENERGISA SERGIPE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ nº 13.017.462/0001-63

7. INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos no período foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Ativo Elétrico	30,1	54,2	+ 44,5	242,1	147,4	+ 64,2
Obrigações Especiais (*)	3,4	1,4	+ 141,3	10,0	6,1	+ 63,4
Ativo não Elétrico	3,5	1,7	+ 99,0	10,2	2,8	+ 267,6
Total dos investimentos	37,0	57,4	+ 35,6	262,3	156,3	+ 67,8

(*) As Obrigações Especiais* são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8. DIVIDENDOS

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos intercalares com base no balanço de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$50.064.080,23. Os dividendos serão pagos a partir de 29 de março de 2023.

9. GESTÃO DE PESSOAS

A Energisa Sergipe contabilizava um total de 1.019 colaboradores, sendo 933 empregados diretos e 86 parceiros contratados de terceiros. A empresa busca a evolução constante do ambiente de trabalho oferecido a seus colaboradores que são foco constante de ações para capacitação, análise de desempenho e valorização. Em 2022 o processo de avaliação de desempenho passou a se chamar Ciclo de Carreira e Desenvolvimento, com um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do plano de ações a ser realizado seguindo o plano da Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo principal é diagnosticar e tratar agilmente questões que afetam a saúde dos seus colaboradores. Os programas que fazem parte do guarda-chuva do Viva Energia são: programas de gestantes, para pacientes com doenças crônicas, para transtornos emocionais, campanha de vacinação de gripe, entre outros. A Energisa conta, também, com uma Política de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) que abrange todos os níveis do Grupo e é a principal referência da gestão desse tema. O respeito às suas diretrizes visa garantir a conformidade com todos os requisitos legais de SSO e a construção e disseminação de iniciativas eficazes de proteção à saúde, prevenção de acidentes e procedimentos para casos de emergências. A taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros) foi de 8,49 (0,93 em 2021) e a taxa de gravidade passou de 28,23, em 2021, para 269,15.

10. SAÚDE E SEGURANÇA

E, diante do Valor VIDA, a Energisa Sergipe reafirma o seu compromisso com a prevenção e promoção à saúde integral dos seus colaboradores e dependentes, através de adoção de melhores práticas e ações diversas.

Entre os destaques, está o Programa Viva Energia, que conta com o modelo de três pilares de atuação: Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. E, por meio deles, o cronograma de ações é realizado seguindo o plano da Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo principal é diagnosticar e tratar agilmente questões que afetam a saúde dos seus colaboradores. Os programas que fazem parte do guarda-chuva do Viva Energia são: programas de gestantes, para pacientes com doenças crônicas, para transtornos emocionais, campanha de vacinação de gripe, entre outros.

A Energisa conta, também, com uma Política de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) que abrange todos os níveis do Grupo e é a principal referência da gestão desse tema. O respeito às suas diretrizes visa garantir a conformidade com todos os requisitos legais de SSO e a construção e disseminação de iniciativas eficazes de proteção à saúde, prevenção de acidentes e procedimentos para casos de emergências. A taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros) foi de 8,49 (0,93 em 2021) e a taxa de gravidade passou de 28,23, em 2021, para 269,15.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua. Em 2022, a Energisa Sergipe destinou mais de R\$ 2 milhões para iniciativas de impacto social nas frentes de cultura, ambiental, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras. Os recursos de incentivo fiscal somaram R\$ 822 mil, destacando-se o projeto Orquestra Jovem de Sergipe, que atende 280 alunos, e a Filarmônica de Itabiana que atende 400 jovens.

Como parte do compromisso da Energisa de fomentar projetos valorizando a diversidade cultural sergipana e o desenvolvimento local, a Companhia apoia diversos projetos no estado, como a Filarmônica de Itabiana, o Parque dos Falcões, santuário ambiental que abriga mais de 400 aves, e o Natal Iluminado. Em 2022, foi investido cerca de R\$ 1 milhão em iluminação no Parque da Sementeira, no Edifício Maria Feliciano e na Praça Fausto Cardoso.

11.1. Eficiência energética

A Companhia investiu R\$ 4,2 milhões em 2022 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 19.541 unidades consumidoras e permitiram economizar 1.553 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 647 residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de refrigeradores obsoletos por equipamentos eficientes e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. No ano de 2022, foram substituídas para consumidores de baixa renda mais de 49.820 lâmpadas ineficientes por novas de tecnologia LED, com alto rendimento e menor impacto ambiental. Todas as lâmpadas velhas foram descartadas, após rigoroso processo de descarte, contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Foi concluída a construção do Espaço Energia, em prédio próprio de 884 m² na cidade de Aracaju, destinado à educação de jovens e adultos, com temas sobre sustentabilidade, inovação, energias renováveis e eficiência energética com investimento global de R\$ 10 milhões e que pretende receber anualmente 22.500 alunos da rede básica municipal e estadual.

Já o projeto Energia em Foco beneficia órgãos públicos, em 2022 o Instituto Federal de Sergipe foi beneficiado com um projeto para eficiência da iluminação e ar-condicionado.

11.2. Iniciativas socioculturais

A Companhia busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória nas suas concessões, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Em sentido, em 2022, a Energisa Sergipe destinou, através das Leis de Incentivo à Cultura, mais de R\$ 300 mil para 3 iniciativas culturais. Importante destacar o patrocínio à exposição Cores da Gente - Imersão e Emoção que propõe a instalação permanente com obras representativas de notáveis e referenciais artistas sergipanos no Museu da Gente Sergipana. A exposição apresenta obras de 20 artistas pós-tomus sergipanos de diferentes correntes estilísticas por meio da tecnologia, experiências imersivas e sensoriais. Um outro destaque, é o patrocínio a Filarmônica Nossa Sementeira da Conceição, a filarmônica mais antiga ainda em atuação no país, que atende a cerca de 350 crianças, jovens e adolescentes com aulas de teoria e prática instrumental.

A Energisa Sergipe patrocina e apoia outras iniciativas que valorizam o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural da região onde atua. Estes projetos buscam impulsionar o desenvolvimento econômico, regional e social das comunidades, contribuindo para o estímulo e acessibilidade ao lazer, ao esporte e à cultura. Conforme abaixo:

Orquestra Jovem de Sergipe: A Orquestra Jovem de Sergipe é um instrumento de desenvolvimento social e profissional para crianças e jovens dos bairros 17 de Março e Santa Maria, em Aracaju. Cerca de 280 crianças e jovens que participam de aulas de canto coral, violino, violoncelo, viola, contrabaixo, percussão, flautas e teoria musical, com aulas individuais ou grupo no Centro de Referência de Assistência Social (Cras), no Espaço Cuidar e no Instituto Rahamim, todos localizados no bairro Santa Maria. A instituição conta com o apoio da Energisa desde 2014.

Filarmônica de Itabiana: Em Itabiana, há 274 anos a Sociedade Filarmônica de Itabiana desenvolve atividades culturais, sociais, artísticas e musicais relacionadas com sua comunidade, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania e a inclusão social na região.

O projeto promove a formação musical de mais de 400 alunos que têm aula de iniciação musical, prática de conjunto em orquestras, bandas, grupo de violão, flauta doce, piano e percussão. A instituição conta com o apoio da Energisa Sergipe desde 2020.

Parque dos Falcões: A Energisa Sergipe tem o compromisso de apoiar projetos que visam a sustentabilidade e a preservação ambiental em Sergipe. Em março de 2022, a Energisa realizou a revitalização Parque dos Falcões, localizado no município de Itabiana. A obra contou com o investimento de cerca de R\$ 300 mil.

O Parque dos Falcões é um santuário ambiental a céu aberto abrigando mais de 400 aves, sendo o único centro de criação, multiplicação e preservação de aves de rapina da América do Sul. É também o único local do país com autorização do Ibama para a criação de aves de rapina.

Natal Iluminado: A ornamentação do Natal Iluminado contou com 7,5 milhões de lâmpadas de LED em parceria com a Prefeitura Municipal de Aracaju. Em 2022, as principais novidades foram: árvores cerejeiras 3D com micro lâmpadas internas LED; árvores de pixel com sistema de efeitos personalizados capaz de reproduzir textos e imagens coloridas em mais de 5 mil lâmpadas pixel LED e globo de neve 3D com abertura para crianças interagirem com neve artificial.

Espaço Energia: A Energisa construiu o Espaço Energia para os sergipanos com um investimento de R\$ 10 milhões. É um espaço inovador, interativo e educativo com vários experimentos que mostram a importância da energia elétrica. O espaço educacional conta com estações de conhecimento que traçar experiências sensoriais, equipamentos tecnológicos e recursos imersivos de áudio e vídeo para que o visitante conheça como a energia elétrica é gerada e todo o caminho que percorre até chegar à casa do consumidor ampliando a conscientização para sua conservação e uso eficiente.

Apoio ao Esporte: Por acreditar que o esporte faz a diferença na vida de muitos jovens, a Energisa apoiou a participação de atletas sergipanos em competições de Jiu-Jitsu. O esporte tem um papel importante de inclusão na vida desses jovens que se dedicam bastante e buscam crescer através dessas competições dentro e fora do estado. Sete atletas sergipanos participaram dos campeonatos: Salvador Spring Internacional Open 2022, Circuito Estadual Tuchê de Jiu-Jitsu, Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu e do Campeonato Brasileiro de Jiu-Jitsu.

São João: O São João é tradição na cultura no Nordeste com o resgate das manifestações culturais. Um dos projetos apoiados pela Energisa foi o projeto São João na Praça, promovido pelo Sistema Fecomércio/Sec/Senac. O evento contou com a participação de 40 atrações musicais e culturais, composta exclusivamente por artistas sergipanos. O evento também teve apresentações de grupos de quadrilhas juninas, folclore sergipano e barracas de comidas típicas.

11.3. Iniciativas ambientais

Apoiada no compromisso com a sustentabilidade, a Energisa Sergipe assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações com o apoio de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais destacam-se:

Instalação de reaproveitamento de água do ar-condicionado da casa de comando das subestações, gerando até 20 litros de água por dia. Esta água é utilizada nos banheiros e operações técnicas. Além da instalação do sistema de coleta e reaproveitamento de água da chuva, tendo a sua capacidade máxima de armazenamento de 40 mil litros, servindo para limpeza de vias e manutenção do jardim do prédio da Distribuidora;

Regeneração dos óleos utilizados em equipamentos e uso do sistema, desenvolvido a partir de um projeto de P&D, que realiza a recuperação do agente adsorvente utilizado, (a bauxita) garantindo a reutilização deste material, reduzindo a geração de resíduos perigosos impregnados com óleo e evitando a poluição do meio ambiente, sem perder a qualidade do OMI regenerado;

Realização da logística reversa de equipamentos eletroeletrônicos e sucateados (transformador de força, carga de transformador, regulador, transformador de potência, transformador de corrente, painel de controle, equipamentos eletrônicos), além da sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, analisando a não existência de indícios de ascarrel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais;

Continuidade no Programa de Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, redução do desperdício e mensagens de segurança, além de proporcionar a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e, em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder aquisitivo. Também é utilizada a Unidade Móvel da Companhia, veículo altamente preparado com equipamentos que proporcionam a substituição de palestras e experiências elétricas, as quais servem para que crianças e jovens aprendam também na prática acerca dos riscos de manuseio da energia;

Manutenção do contrato da empresa que coleta e destina os resíduos de forma adequada, emitindo Certificados de Destinação finalmente, além da coleta seletiva dos resíduos gerados na empresa como uma das fases da Gestão dos Resíduos Sólidos da Companhia. Os resíduos recicláveis segregados e recolhidos na empresa são doados para a Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem - CARE, que fazem as devidas reciclagens, o que promove também a geração de renda, além de reduzir a inserção de resíduos no meio ambiente. Doação de madeira das paleteiras para a realização de projetos sociais com confecção de lixeiras, barracas de feira, moradias para animais domésticos, mobiliário recreativo para escolas;

No quesito conservação da biodiversidade, foram realizados plantios de mudas de espécies florestais nativas no Parque Poxim além da manutenção da parceria com o Parque dos Falcões, centro de criação, multiplicação e preservação de aves de rapina da América do Sul, referência mundial no manejo, reprodução e reabilitação desses animais.

12. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A remuneração total dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2022 foi de R\$ 180 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

13.1. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

13.2. Empréstimos contratados

Em 30 de janeiro de 2023 a Companhia captou junto ao Banco Citibank S/A a importância de R\$250.000, correspondente a USD58.823 dólares americanos, com remuneração de SOFR + 0,80% ao ano, com vencimento em 30 de janeiro de 2025. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,40% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

13.3. Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária

Em 20 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Tema 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

13.4. Dividendos do exercício de 2022

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$50.064, equivalentes a R\$256,070463405779 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os pagamentos serão realizados a partir de 17 de março de 2023, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2023.

A Administração.

Balanco Social Anual – 2022

(Em milhares de reais)

	2022			2021		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)			1.634.966			1.846.371
Resultado operacional (RO)			312.101			358.149
Folha de pagamento bruta (FPB)			71.078			79.138
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	11.970	16,84%	0,73%	10.143	12,82%	0,55%
Encargos sociais compulsórios	9.786	13,77%	0,60%	16.620	21,00%	0,90%
Previdência privada	8.738	12,29%	0,53%	2.274	2,87%	0,12%
Saúde	5.480	7,71%	0,34%	4.872	6,16%	0,26%
Segurança e saúde no trabalho	3.811	5,36%	0,23%	2.396	3,03%	0,13%
Educação	112	0,16%	0,01%	76	0,10%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	357	0,50%	0,02%	611	0,77%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	384	0,54%	0,02%	363	0,46%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	9.615	13,53%	0,59%	14.918	18,85%	0,81%
Outros	1.713	2,41%	0,10%	228	0,29%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	51.966	73,11%	3,17%	52.501	66,35%	2,83%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	1.348	0,38%	0,07%
Cultura	478	0,15%	0,03%	673	0,19%	0,04%
Esporte	51	0,02%	0,00%	51	0,01%	0,00%
Outros	801	0,26%	0,05%	870	0,24%	0,05%
Total das contribuições para a sociedade	1.330	0,43%	0,08%	2.942	0,82%	0,16%
Tributos (excluídos encargos sociais)	622.556	199,47%	38,08%	532.526	148,69%	28,84%
Total - Indicadores sociais externos	623.886	199,90%	38,16%	535.468	149,51%	29,00%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	256	0,08%	0,02%	175	0,05%	0,01%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	256	0,08%	0,02%	175	0,05%	0,01%
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2022			2021	
Nº de empregados(as) ao final do período		933			898	
Nº de admissões durante o período		102			120	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		86			253	
Nº de estagiários(as)		13			15	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		116			112	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		95			90	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		25%			25%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		766			734	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		42%			46%	
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		37			37	

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	16.492	29.891
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	145.051	89.670
Consumidores e concessionárias	6	211.362	274.164
Estoques		4.172	4.357
Tributos a recuperar	7	158.614	142.321
Instrumentos financeiros derivativos	31	8.884	4.338
Ativos financeiros setoriais	9	25.224	154.694
Outros créditos	10	76.995	71.102
Total do circulante		646.794	770.537
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	153.730	139.577
Tributos a recuperar	7	102.519	149.115
Créditos tributários	12	37.248	61.383
Depósitos e cauções vinculados	23	23.512	22.962
Instrumentos financeiros derivativos	31	34.864	29.828
Ativos financeiros setoriais	9	74.131	
Ativos financeiros indenizável da concessão	13	907.614	687.821
Outros créditos	10	21.003	69.578
Total do não circulante		1.280.490	1.234.395
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	21.382	13.845
Investimento		366	366
Imobilizado	15	10.622	8.814
Intangível	16	379.307	397.009
Total do não circulante		1.692.167	1.654.429
Total do ativo		2.338.961	2.424.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		269.589	296.381
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	25.6	14.668	20.838
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		284.257	317.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	26	1.634.966	1.846.371
Custo do serviço de energia elétrica	27	(711.100)	(1.049.784)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	27	(419.023)	(310.762)
Lucro bruto		504.843	485.825
Despesas gerais e administrativas	27	(96.465)	(80.625)
Outras receitas	28	5.442	2.642
Outras despesas	28	(12.832)	(7.093)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		400.983	400.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2022			2021		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		50,41			50,41	
Número total de acidentes de trabalho		1			1	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salub						



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	Nota	Reservas de capital				Reserva de lucros				Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Capital Social	Subvenção de investimentos	Remuneração de Imobilizações	Outras Reservas	Legal	Retenção de lucros	Incentivos fiscais - Imposto de Renda	propostos				
Saldos em 31 de dezembro de 2020		417.604	2.100	1.228	595	32.027	49.305	70.131	-	-	-	-	485.638
Pagamento de dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	(43.142)	-	-	(130.494)	(43.142)
Transfêrencia de reservas - incentivo fiscal (imposto de renda)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de remuneração variável (ILP)	11	-	-	-	-	-	-	(403)	-	-	-	-	368
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	368	-	-	-	-	-	-	-	368
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:													
Reserva legal	25.3	-	-	-	-	14.819	-	-	-	-	-	(14.819)	-
Reserva de Incentivos fiscal (imposto de renda)	25.4	-	-	-	-	-	-	55.072	-	-	-	(55.072)	-
Dividendos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(167.537)	(167.537)
Dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	58.953	-	(58.953)	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	296.381	296.381
Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		417.604	2.100	1.228	963	46.846	49.708	124.800	58.953	-	-	-	10.734
Saldos em 31 de dezembro de 2022		417.604	2.100	1.228	7.127	60.326	49.708	182.181	50.064	-	-	-	675.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	Nota	2022	2021
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia e serviços	26	2.036.254	2.370.809
Outras receitas	28	5.442	2.642
Receitas relativas a construção de ativos próprios	26 e 29	239.578	131.187
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	27	(15.348)	(12.841)
		2.265.926	2.491.797
(-) Custos adquiridos de terceiros			
Insumo da energia vendida		(780.160)	(1.154.369)
Materiais e serviços de terceiros		(95.633)	(86.557)
Outros custos operacionais		(266.160)	(132.183)
		(1.141.953)	(1.373.109)
Valor adicionado bruto		(76.507)	69.573
Depreciação e amortização	27	1.123.973	1.118.688
Valor adicionado líquido		1.047.466	1.049.115
Receitas financeiras	29	79.451	60.413
Distribuição do valor adicionado:		1.126.917	1.109.528
Pessoal			
Remuneração direta		34.211	62.770
Benefícios FGTS		19.006	15.873
		4.651	3.978
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		141.179	148.920
Estaduais		369.731	398.553
Municipais		119.856	131.448
Encargos Setoriais		119.876	80.319
Remuneração de capital de terceiros			
Juros Aluguéis	29	166.643	100.938
		655	348
Realização de capitais próprios			
Dividendos	25.5	148.664	167.537
Dividendos adicionais propostos	25.5	50.064	58.953
Reserva legal	25.3	13.480	14.819
Reserva de incentivos fiscais	25.4	57.381	55.072
		1.126.917	1.109.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “ESE”), é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 17 de julho de 2001. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S.A. e possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. Sua área de concessão abrange 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 847.753 consumidores. **1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** Em 23 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia concessão para distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 23 de dezembro de 2027. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado, a critério do Poder Concedente. O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são: I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - organizar e manter contábil o patrimônio dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações positivas acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anulação e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME. As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 26, respectivamente. **1.2. Capital Circulante líquido negativo:** A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2022 capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 187.964 (R\$ 174.613 positivo em 2021). A Administração considera que os fluxos futuros oriundos dos resultados das operações e eventual necessidade de caixa garantido pela controladora Energisa S/A, deverão proporcionar os recursos necessários para fazer frente aos compromissos financeiros de curto prazo remanescentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações, orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emitidas pelo Comitê de Orientação de CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2023. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio no balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atuação desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 3.1. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, poderão diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais; III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente; IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão; V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado; VI. Nota explicativa nº 16 - Intangível; VII. Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; VIII. Nota explicativa nº 27 - Custos e despesas operacionais; IX. Nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e X. Nota explicativa nº 32 - Benefícios pós-emprego.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Principais políticas contábeis a. Caixa e equivalentes de caixa** – os valores equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por consequência, um investimento em qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

	Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque oferece melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros e a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou a saída esperada de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	Nota	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	30	269.589	296.381
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	42.512	61.768
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	13	102.276	90.645
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	12	(41.786)	(60.412)
Amortização e depreciação	27	76.507	69.575
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	27	15.348	12.841
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	26	4.144	1.405
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	26	7.662	3.596
Marcação a mercado das dívidas derivativas	29	(5.508)	(11.564)
Marcação a mercado de derivativos	29	7.834	14.405
Instrumentos financeiros derivativos	29	10.764	(23.121)
Programa de remuneração variável - ILP	11	433	368
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias	6	31.035	(22.554)
Mativas e premissas - nota explicativa nº 2.3 - Consumidores e concessionárias - nota explicativa nº 6 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - moeda	18 e 19	(272.090)	(252.976)
(Aumento) de tributos a recuperar	7	(25.737)	(7.749)
(Aumento) diminuição depósitos e cauções vinculados	9	(550)	992
Diminuição (aumento) de ativos financeiros setoriais	9	132.799	(172.065)
Valor justo dos títulos cedidos ao FDIC		-	96
Diminuição (aumento) de outros créditos		26.156	(12.738)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) de fornecedores	20	(66.813)	(14.726)
Aumento de impostos e contribuições sociais	21	76.115	69.129
(Diminuição) Imposto de renda e contribuição social pagos		(27.811)	(70.024)
Aumento (diminuição) de passivos financeiros setoriais	9	27.525	(20.242)
(Diminuição) aumento de obrigações estimadas		(3.193)	(3.193)
(Diminuição) Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos		(9.835)	(18.510)
(Diminuição) aumento outras contas a pagar		(21.810)	5.927
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		627.841	190.390
Atividades de investimentos			
(Aumento) diminuição de Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(35.260)	221.058
Ativo líquido do exercício		(258.285)	(140.611)
Alienação de bens do imobilizado, intangível e ativo contratual - infraestrutura em construção		5.176	3.248
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimentos		(288.369)	83.695
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	243.123	145.996
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	18 e 19	(272.090)	(252.976)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	18 e 19	(92.668)	(32.946)
Liquidação de Instrumentos financeiros derivativos		(22.918)	68.691
Pagamentos de dividendos	25.5	(207.617)	(219.265)
Pagamento por arrendamento financeiro mercantil		(701)	(916)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(352.873)	(292.233)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5.1	29.891	48.121
Caixa e equivalentes de caixa finais	5.1	16.492	29.891
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(313.399)	(18.230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas - Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3 - Consumidores e concessionárias - nota explicativa nº 6 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - moeda explicativa nº 31. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de créditos esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluemão ganhos de caixa de venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de créditos esperadas são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de créditos resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de consumidores e concessionárias e ativo de crédito, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitais em cada data-base. A Companhia também reconhece o reconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em Swap, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e o ativo contratual - infraestrutura em construção. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos também reconhecidos na demonstração do resultado do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em Swap, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e o ativo contratual - infraestrutura em construção. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que



Passivos financeiros setoriais	Resultado financeiro				Valores em Valores em				Não
	Saldos em 2021	Receita Operacional	Adição	Remuneração	Saldos em 2022	Valores em	Valores em	Circulante	
Contas de Desenvolvimento Energético - CDE	3.250	(4.430)	(353)	(3.207)	(4.740)	(4.740)	(3.278)	(1.462)	
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	(732)	(20)	752	-	-	-	-	
Encargo de Serviços de Sistema - ESS ⁽¹⁾	-	77.829	4.565	(17.633)	64.761	64.761	44.793	19.968	
Energia elétrica comprada para revenda	15.781	24.558	(2.277)	(4.324)	33.738	33.738	23.336	10.402	
Transporte de energia elétrica rede básica	-	(16.286)	490	1.688	(14.108)	(14.108)	(9.758)	(4.350)	
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽²⁾	-	(49.443)	-	49.576	133	133	-	-	
Componentes financeiros	4.392	(14.254)	(487)	(10.508)	(20.857)	(20.857)	(14.426)	(6.431)	
Exposição de submercados	-	113	(17)	25	121	121	84	37	
Neutralidade da parcela A ⁽³⁾	889	(9.117)	(318)	(1.457)	(10.003)	(10.003)	(6.919)	(3.084)	
Garantias financeiras ⁽⁴⁾	-	(435)	(32)	(91)	(558)	(558)	(386)	(172)	
Devoluções Tarifárias ⁽⁵⁾	28.396	7.086	3.825	-	39.307	39.307	27.187	12.120	
Saldo a Compensar ⁽⁶⁾	-	(17.396)	(458)	1.248	(16.606)	(16.606)	(11.486)	(5.120)	
Outros Financeiros ⁽⁷⁾	3.491	150.783	(4.298)	(91.622)	58.362	58.362	39.877	18.485	
Total Passivo	56.199	148.276	6.228	(75.553)	129.550	133	129.417	89.154	
Saldo Líquido	172.626	(183.152)	(97.923)	4.123	(104.326)	25.091	(129.417)	(63.930)	

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela A - CVA - A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativos ou positivos, ocorridas no período entre os reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. **1) Encargo de Serviço do Sistema - ESS** - representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços anclares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN. **2) Bandeiras tarifárias CCRBT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL. Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício de 2022. Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, foi no montante de R\$13.712 (R\$225 em 2021). **3) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia** - As distribuidoras de energia elétrica deviam garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de energia elétrica. **4) Neutralidade da parcela A** - Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurados as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas. **5) Garantias financeiras** - Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (eração distribuída por chamada pública), art. 27 (CEEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004. **6) Saldo a compensar** - (CVA do ciclo anterior) - Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada. **7) Devoluções tarifárias** - Refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (CRTP), iniciada a partir de novembro de 2017, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (SCRTP). **8) Outros financeiros** - considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, os principais itens que compõe o saldo, são os seguintes: **Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético - CDE** - a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de pagamentos e recebimentos dos valores. Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e (iii) diferimento de que trata o § 1º do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CEEA. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros. Os valores de R\$81.348 foram recebidos pelas distribuidoras em 09/05/2022. A Companhia, protocolou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASEZ HÍDRICA no valor máximo de R\$81.348, dos quais R\$56.064 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$12.407 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$62.877 destinados ao diferimento de que trata o § 1º do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022. **Crédito do PIS e COFINS** - no processo tarifário foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente às ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública de nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, em que situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. No Reajuste Tarifário Anual da Companhia, a ANEEL reconheceu o montante de R\$136.976, sendo considerados 17,12 deste valor a cada mês compensando a redução tarifária, tendo compensado até dezembro de 2022 o valor de R\$16.225. Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - Nos termos do inciso I do art. 4º da Lei nº 14.182, de 10 de maio de 2021, os recursos do Fundo de Desenvolvimento Energético CDE são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2022	2021
Subvenção - Baixa Renda ⁽¹⁾	12.377	12.377
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	10.348	5.633
Bônus - Reembolso do Fundo CDE ⁽³⁾	79	13.502
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	19.150	19.114
Outras ordens em curso	700	653
Adiantamentos	3.801	2.781
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos ⁽⁴⁾	16.360	8.364
Despesas pagas antecipadamente	6.921	6.725
Recursos INERGUSS ⁽⁵⁾	20.881	69.455
Outros	7.081	4.039
Total	97.998	140.680
Circulante	70.740	71.102
Não circulante	21.003	69.578

⁽¹⁾ Corresponde ao saldo remanescente do Programa de incentivo à redução voluntária de consumo de energia elétrica, nota explicativa nº 8.5. (1) **Subvenção - Baixa Renda** - esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da CEEA. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020 - circulante	10.414	9.505
Subvenção Baixa Renda	71.052	59.638
Ressarcimentos e compensações realizados pela CCEE	(68.789)	(58.729)
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	12.677	10.414

(2) Subvenção CDE - Desconto Tarifário - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020 - circulante	5.633	256
Desconto Tarifário Subvenção Irrigação e Rural	51.739	42.903
Ressarcimentos e compensações realizados pela CCEE ⁽¹⁾	(47.024)	(37.526)
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	10.348	5.633

⁽¹⁾ Os valores recebidos são conforme o ciclo anterior, dessa forma, podemos ter valores recebidos superiores aos provisionados. Todos os valores conferem com as contas de rendimentos. **(3) Créditos a receber de terceiros** - refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucata. **(4) Recursos INERGUSS** - refere-se de recursos antecipados pela Companhia para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). No exercício de 2022 a controlada realizou novas antecipações de R\$7.252, como também assinou no mês de novembro o Instrumento Particular de acerto de contas o que proporcionou liquidar cerca de R\$55.826 de parte do valor do Deficit Técnico com o InerguSS. Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do deficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida. O saldo é de R\$20.881 (R\$37.120 em 2021). Além destes valores, inclui também em 2021 o montante de R\$32.335, referente ao programa de incentivo, totalmente liquidado em 2022.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energia S/A:		
• Energia Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	EPB	Distribuição de energia
• Energia Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	EMR	Distribuição de energia
• Energia Borborema - Distribuidora de Energia S/A	EBO	Distribuição de energia
• Energia Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	ERO	Distribuição de energia
• Energia Acre - Distribuidora de Energia S/A	EAC	Distribuição de energia
• Energia Soluções de Energia S/A	ESOL	Serviços
• Energia Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A	ESOL	Serviços
• Energia Comercializadora de Energia Ltda.	ECOM	Comercialização de energia
• Energia Geração Central Solar Rio Peixe I S/A	EGCS-RP1	Parque Solar
• Energia Geração Central Solar Rio Peixe II S/A	EGCS-RP2	Parque Solar
• Volta Capital S/A e	VOLTZ	Serviços
• Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração Distribuída
Rede Energia Participações S/A:		
• Energia Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	EMT	Distribuição de energia
• Energia Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	EMS	Distribuição de energia
• Energia Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	ETT	Distribuição de energia
• Energia Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A	ESS	Distribuição de energia
• Multi Energia Serviços S/A	MULTIENERGISA	Serviços
• Rede Power do Brasil S/A	REDE POWER	Holding
• Companhia Técnica e Comercialização de Energia e	CTCE	Comercialização de energia
• QMRA Participações S/A	QMRA	Holding
Controladas diretas da Energia Transmissão de Energia S/A:		
• Energia Pará Transmissora de Energia I S/A	EPA I	Transmissão de energia
• Energia Goiás Transmissora de Energia I S/A	EGO I	Transmissão de energia
• Energia Pará Transmissora de Energia II S/A	EPA II	Transmissão de energia
• Energia Tocantins Transmissora de Energia S/A	ETT	Transmissão de energia
• Energia Amazonas Transmissora de Energia S/A	EAM	Transmissão de energia
• Energia Tocantins Transmissora de Energia II S/A	EPTT II	Transmissão de energia
• Energia Paranaíba Transmissora de Energia S/A	EPTE	Transmissão de energia
• Energia Amapá Transmissora de Energia S/A e	EPA	Transmissão de energia
• Gemini Energy S/A	GEMINI	Holding
• Nova Gemini Transmissão de Energia S/A	NOVA GEMINI	Transmissão de energia
• Energia Amazonas Transmissora de Energia II S/A	EAM II	Transmissão de energia
• Energia Transmissão de Energia VII S/A e	EEM VII	Transmissão de energia
• Energia Transmissão de Energia IX S/A	ETIX IX	Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
• Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LMTE	Transmissão de energia
• Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	LXTE	Transmissão de energia
• Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Transmissão de energia
• Linhas de Itacaiunas Transmissora de Energia S/A e	LTTE	Transmissão de energia
• Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	LPOTE	Serviço
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
• LaralSol Empreendimentos Energéticos Ltda.	LARALSOL	Geração de energia distribuída
• URB Energia Limpia Ltda.	URB	Geração de energia distribuída
• Energia Geração Fotovoltaica I S/A (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar LTDA.)	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
• Energia Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A)	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
• Remesolar Engenharia Elétrica Ltda.	RENSOLAR	Geração de energia distribuída
• Remesolar Engenharia Elétrica Ltda. e	FLWSOLAR	Geração de energia distribuída
• Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída

⁽¹⁾ Energia Minas Rio - Distribuição de Energia S/A ("EMR") (nova denominação social da Energisa Minas Gerais - Distribuição de Energia S/A ("EMRG")), que incorporou em 30 de novembro de 2022 a Companhia Energisa Nova Fibreguá - Distribuidora de Energia S/A (ENF). Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Serviços contratados (despesas)	Disponibilidade de sistema de transmissão e distribuição (Despesa)		Cômputo aval e de-bênção (despesa financeira) ⁽¹⁾		Outros resultados - receita ⁽²⁾	Saldo a pagar/receber ⁽³⁾	Saldo a pagar/debêntures e ativo ⁽⁴⁾	Disponibilidade de sistema de transmissão e distribuição
	Compartilhamento (5)	Projeto (6)	Despesa	Financeira ⁽⁷⁾				
Energisa S/A ⁽¹⁾	(24.555)	(3.970)	-	(26.309)	-	(313)	(117.266)	(20)
MULTIENERGISA ⁽²⁾	(17.729)	-	-	-	-	-	-	(20)
ESOL ⁽³⁾	(2.744)	-	-	-	-	-	-	-
EMT	(159)	-	-	-	-	(9)	-	-
EMS	(874)	-	-	-	-	(183)	-	-
ETP	148	-	-	-	-	26	-	-
EPB	(4.363)	-	-	-	-	(926)	-	-
EMR	(2.997)	-	-	-	-	(567)	-	-
EBO	4	-	-	-	-	(1)	-	-
ERO	29	-	-	-	-	-	-	-
EAC	(19)	-	-	-	-	(15)	-	-
ESS	(30)	-	-	-	-	(9)	-	-
ECOM	(117)	-	-	-	-	(27)	-	-
EGO I	2	(111)	-	-	-	-	-	-
EPA II ⁽⁴⁾	3	(111)	-	-	-	-	-	-
EAM II ⁽⁵⁾	1	(70)	-	-	-	-	-	-
EPTT II ⁽⁶⁾	-	(14)	-	-	-	-	-	-
EPTE ⁽⁷⁾	-	(5)	-	-	-	-	-	-
LMTE ⁽⁸⁾	-	(188)	-	-	-	(9)	-	-
LXTE ⁽⁹⁾	-	(226)	-	-	-	(11)	-	-
LTTE ⁽¹⁰⁾	-	(74)	-	-	-	-	-	-
ALSOL ⁽¹¹⁾	(123)	-	-	-	-	-	-	-
2022	(29.242)	(12.342)	(799)	(26.309)	-	(7.811)	(117.266)	(20)
2021	(21.528)	(8.474)	(156)	(23.659)	96	(3.046)	(161.638)	(20)

⁽¹⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Anel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - Contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$63.827, correspondente ao

período de 60 meses, referente: (i) Serviço de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção de Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada referindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anúncia prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Anel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027; ⁽⁸⁾ A Companhia efetuou a 4ª, 5ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energia S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 2022 o valor atualizado é de R\$116.972 (R\$161.376 em 2021). Custo do contrato de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora Energia S/A para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 2022 monta em R\$294 (R\$262 em 2021); ⁽⁹⁾ **Contrato de compartilhamento** - Em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada referindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anúncia prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Anel, nº 834, em 25 de março de 2022. ⁽¹⁰⁾ Refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão. Os contratos têm vigência até 2025; ⁽¹¹⁾ Refere-se a serviços de execução dos projetos de energia e contrato tem vigência até dezembro de 2023; e ⁽¹²⁾ Refere-se ao montante recebido do Fundo de Investimentos - FIDC por conta da cessão de créditos de contas de energia com consumidores e concessionárias. **Remuneração dos administradores**

	2022	2021
Remuneração anual ⁽¹⁾	4.524	3.718
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	549	600
Remuneração da Diretoria	1.505	1.485
Benefícios ⁽²⁾	1.486	1.559

⁽¹⁾ Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2022 foi aprovado na AGO/E de 28 de abril de 2022. ⁽²⁾ Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida. A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativos ao mês de dezembro de 2022, foram de R\$66 e R\$2 (R\$61 e R\$2 31 de dezembro de 2021), respectivamente. A remuneração média em 2022 foi de R\$16 (R\$13 em 2021). **Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)**: Este plano, oferecido aos executivos, tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos, (ii) a promoção da meritocracia, (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energia S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energia S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concess

CORREIO SERGIPE

QUEM LÊ SABE MAIS

Ano XVII • Aracaju (SE)

FUNDADOR: JOÃO ALVES NETO, EM 21 DE JANEIRO DE 2001

Aracaju (SE), SEXTA-FEIRA, 24 de março de 2023



ENERGISA SERGIPE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ nº 13.017.462/0001-63

16. INTANGÍVEL

	2022	2021
Intangível - contrato de concessão	259.879	256.972
Intangível - direito de uso	453	797
Intangível - software	14.318	9.959
Direito de concessão	104.657	129.281
Total	379.307	397.009

16.1 Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2022
Intangível em Serviço						
Custo	4,04%	986.075	55.013	(11.449)	-	1.029.639
Amortização acumulada		(658.005)	-	9.375	(60.436)	(709.066)
Subtotal		328.070	55.013	(2.074)	(60.436)	320.573
(+) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,82%	247.597	1.603	-	-	249.200
Amortização acumulada		(176.499)	-	-	(12.007)	(188.506)
Subtotal		71.098	1.603	-	(12.007)	60.694
Total do intangível - contrato de concessão		256.972	53.410	(2.074)	(48.429)	259.879

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2021
Intangível em Serviço						
Custo	4,04%	957.251	37.339	(8.515)	-	986.075
Amortização acumulada		(611.444)	-	6.590	(53.151)	(658.005)
Subtotal		345.807	37.339	(1.925)	(53.151)	328.070
(+) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,81%	246.332	1.265	-	-	247.597
Amortização acumulada		(164.601)	-	-	(11.898)	(176.499)
Subtotal		81.731	1.265	-	(11.898)	71.098
Total do intangível - contrato de concessão		264.076	36.074	(1.925)	(41.253)	256.972

(1) O montante de R\$53.410 (R\$36.074 em 2021) foram transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção. (2) O montante de R\$2.074 (R\$1.925 em 2021), refere-se às baixas operacionais realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. (3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$936 (R\$695 em 2021). Obrigações vinculadas à concessão: A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 8 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,04% (4,04% em 2021). O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2022	2021
Contribuição do consumidor (1)	155.205	145.170
Participação da União, Estados e Municípios (2)	227.999	227.999
Reserva para reversão (3)	134	168
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	20.258	20.258
(-) Amortização acumulada	(188.506)	(176.500)
Total	215.099	217.099
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	113.457	107.514
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	40.939	38.483
Intangível - contrato de concessão	60.694	71.098
Total	215.099	217.099

(1) Contribuições do consumidor - representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em projetos de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao intangível - contrato de concessão. (2) Participação da União, Estados e Municípios - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos. (3) Reserva para reversão - foi constituída até 31 de dezembro de 2017, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5% a.a. A Amortização do principal e dos juros está sendo realizada mensalmente conforme memoranda 524/2017/SFF/ANEEL.

16.2. Intangível - direito de uso: Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - direito de uso				
Custo	12,87%	2.672	-	2.672
Amortização Acumulada		(1.875)	(344)	(2.219)
Total do Intangível - direito de uso		797	(344)	453

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - direito de uso							
Custo	23,84%	3.508	574	51	(1.461)	-	2.672
Amortização Acumulada		(1.187)	-	(51)	-	(632)	(1.875)
Total do Intangível - direito de uso		2.321	574	-	(1.461)	(632)	797

16.3 Intangível - software

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	36.287	-	4.259	-	40.546
Amortização Acumulada		(31.174)	-	-	(2.623)	(33.797)
Em curso		4.846	6.982	(4.259)	-	7.569
Total do Intangível - software		9.959	6.982	-	(2.623)	14.318

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	34.763	-	1.524	-	36.287
Amortização Acumulada		(28.708)	-	-	(2.466)	(31.174)
Em curso		1.896	4.474	(1.524)	-	4.846
Total do Intangível - software		7.951	4.474	-	(2.466)	9.959

16.4. Direito de concessão: O ativo incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade projetadas até 31 de dezembro de 2015. A partir de 01 de janeiro de 2016, de acordo com o IAS 16, a Companhia passou a registrar a amortização do ativo pelo exercício remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear. A amortização do ativo gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2022, a previsão de amortização do ativo e do benefício fiscal para os próximos exercícios é como segue:

Período de amortização	2022	renda e contribuição social
2022 e 2023	24.626	8.373
2024 e 2025	49.250	16.745
2026 e 2027	30.781	10.466
Total	104.657	35.584

A movimentação está apresentada a seguir:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	129.281	153.908
Amortização no exercício	(24.624)	(24.627)
Saldo em 2022 e 2021	104.657	129.281

17. FORNECEDORES

	2022	2021
Compra de energia elétrica (1) e (2)	62.816	81.975
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)	7.644	10.697
Operador Nacional do Sistema Elétrica - ONS (1)	9.238	7.067
Encargos de serviços do sistema (3)	1.535	1.119
Encargos de conexão	32.667	31.906
Materiais e serviços e outros (4)	114.080	188.733
Total	98.237	173.997
Circulante	15.843	14.736
Não circulante	82.394	159.261

16.4. Direito de concessão: O ativo incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade projetadas até 31 de dezembro de 2015. A partir de 01 de janeiro de 2016, de acordo com o IAS 16, a Companhia passou a registrar a amortização do ativo pelo exercício remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear. A amortização do ativo gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2022, a previsão de amortização do ativo e do benefício fiscal para os próximos exercícios é como segue:

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda nacional							
Pré Fixado	55.289	-	(57.537)	(2.832)	5.080	-	180.019
INPC	190.847	-	(23.301)	(9.434)	21.907	-	160.268
IPCA	160.268	-	(140.000)	(23.494)	3.226	-	(479)
CDI	(479)	-	-	-	118	-	14.038
(-) Custos com captação	14.038	6.951	(518)	(1.022)	2.518	-	419.963
Outros	419.963	6.951	(221.356)	(36.782)	32.849	-	201.625
Total do custo amortizado							
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	-	170.000	-	(4.231)	9.299	-	175.068
Marcação a mercado	(582)	-	-	-	3.255	-	170.000
Total ao valor justo	197.081	170.000	(4.231)	9.299	6.948	(582)	419.963
Total	419.963	176.951	(221.356)	(41.013)	42.148	3.255	379.948
Circulante	185.403	-	-	-	206.232	-	234.560
Não circulante	234.560	-	-	-	173.716	-	-

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda nacional							
Pré Fixado	5.584	-	(5.574)	(115)	105	-	55.289
Pós Fixado	94.033	101.400	(15.644)	(10.192)	21.250	-	152.307
INPC	152.307	-	-	-	7.961	-	(171)
CDI	(171)	-	-	-	210	(518)	(479)
(-) Custos com captação	12.162	856	(62)	(867)	1.949	-	14.038
Outros	263.915	157.545	(21.280)	(187)	31.475	(518)	419.963
Total do custo amortizado							
Moeda estrangeira							
Dólar	197.663	-	(203.570)	(1.041)	6.948	-	197.081
Marcação a mercado	(582)	-	-	-	3.255	-	170.000
Total ao valor justo	197.081	(203.570)	(1.041)	6.948	582	-	419.963
Total	419.963	157.545	(224.850)	(12.215)	38.423	(518)	379.948
Circulante	230.122	-	-	-	230.874	-	234.560
Não circulante	234.560	-	-	-	-	-	-

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

	Total	2022	2021	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva	Garantias (2)
Operações								
Parcelamento INERUGS - Déficit (1)	14.771	14.038	IPC FIPE + 5,41% a.a.	jul/44	Mensal a partir de jan/21	12,73%	A	-
Parcelamento INERUGS - Migração	71.853	82.549	IPCA + 5,78% a.a.	jun/26	Mensal a partir de jun/21	11,56%	A	-
Parcelamento INERUGS - BD x Déficit 2018 (1)	-	55.289	INPC + 5,78% a.a.	dez/36	Mensal a partir de jan/22	11,71%	A	-
Nota Promissória 6ª Emissão (1)	-	160.268	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	13,19%	A	-
BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO A (1)	43.335	47.224	IPCA + 1,83% a.a. + 3,00% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	10,61%	A + R	-
BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO B (1)	64.831	61.074	IPCA + 1,83% a.a. + 3,00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	10,61%	A + R	-
Parcelamento INERUGS - Déficit 2020 (1)	7.196	-	IPC FIPE + 5,16% a.a.	fev/41	Mensal a partir de abr/22	12,48%	A	-
(-) Custos com captação	(361)	(479)	-	-	-	-	-	-
Total em moeda nacional	201.625	419.963	-	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Citibank Loan 60874 (1) e (4)	175.068	-	SOFR + 1,00% a.a.	set/23	Final	(3,60%)	A	-
Marcação à mercado de Dívida (1)	3.255	-	-	-	-	-	-	-
Total em moeda estrangeira	197.081	(203.570)	(1.041)	6.948	582	-	-	-
Total	379.948	419.963	-	-	-	-	-	-

(1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativos (nota explicativa nº31); (2) A = Aval Energisa S.A., R=Receíveis; (3) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº31); (4) Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

	Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Divida Líquida/EBITDA Ajustado (1)	Menor ou igual a: 4,25 x até o vencimento	Trimestral e Anual	
(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº31). Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas. (2) Contato firmado com a Energisinvest - Fundação Energisa de Previdência, em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívidas. (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº31. A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Garantias: A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes			

variações percentuais e taxas efetivas nos períodos:

Moeda/Indicadores	2022	2021
USS x R\$	-6,50%	7,39%
CDI	12,39%	4,42%
INPC	5,93%	10,16%
IPCA	5,78%	10,06%
OFF	1,90%	0,94%
IPC-FIPE	7,32%	9,74%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2022	2021
2024	31.683	31.683
2025	89.099	89.099
2026	20.828	20.828
2027	9.984	9.984
Após 2027	79.538	79.538
Total	173.716	173.716

19. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	362.723	-	(29.025)	(38.805)	45.105	-	-	339.998
IPCA	211.043	68.000	(21.709)	(12.850)	29.239	-	-	273.723
(-) Custos com captação	(2.733)	-	-	-	1.148	(1.828)	-	(3.413)
Marcação a mercado	857	-	-	-	-	-	(8.763)	(7.906)
Total ao custo amortizado	571.890	68.000	(50.734)	(5				



24. OUTROS PASSIVOS

Participações empregados	2022	2021
Salários a pagar	6.264	12.353
Outros benefícios a empregados	11	127
Prêmio de seguros	4.022	3.504
Adiantamentos de clientes	823	557
Retenção de caução contratual empreiteiras	503	481
Taxa fiscalização ANEL - contribuição mensal	2.193	4.666
Taxa de Iluminação Pública	235	205
Bônus de consumo	7.500	7.738
Outras contas a pagar	134	13.003
	4.247	3.639
Total	25.932	46.773
Ativo circulante	23.620	41.899
Não circulante	2.312	4.893

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital Social: O capital social subscrito e integralizado no montante de R\$417.604 (R\$417.604 em 2021) está representado por 195.509 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 450 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão. **25.2 - Reservas de capital:**

Subvenção de investimentos	2022	2021
Remuneração de imobilizações	2.100	2.100
Reserva de Incentivo Fiscais - Reinvestimento	1.228	1.228
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽¹⁾	5.873	-
	1.254	963
Total	10.455	4.291

⁽¹⁾ Programa de remuneração variável - ILP - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada incentivo de longo prazo (ILP) (nota explicativa nº 11). **25.3. Reserva de lucros - reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **25.4. Reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda):** A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 629, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda). Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 438/2018, Ofício SUDENE nº 429/2019 de 14 de janeiro de 2019, que impõe algumas obrigações e restrições: I - O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas; II - O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para aboração de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumento de capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE e III - O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada. A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo 2022, a Companhia apurou R\$54.327 (R\$55.072 em 2021) de redução de imposto de renda e adicionais. **25.5. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

Lucro líquido do exercício	2022	2021
Reserva legal (5%)	269.589	296.381
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(13.480)	(14.819)
Lucro líquido ajustado	198.728	226.490
Dividendos obrigatórios (25%)	49.682	56.623

- Valores pagos em 31 de maio de 2022 - R\$361.3447130311 (Valores pagos em 26 de maio de 2021 - R\$218.3278770286) por ação ordinária ⁽¹⁾
 - Valores pagos em 23 de agosto de 2022 - R\$238.6248224378 (Valores pagos em 26 de agosto de 2021 - R\$300.5522654712) por ação ordinária ⁽¹⁾
 - Valores pagos em 25 de novembro de 2022 - R\$62.987046843600 (Valores pagos em 08 de dezembro de 2021 - R\$338.04464505470) por ação ordinária ⁽¹⁾
 - Dividendos adicionais propostos correspondem a - R\$256.070463406 (R\$301.535235718 em 2021) por ação ordinária ⁽²⁾

Total dos dividendos **198.728 226.490**
 % sobre o lucro líquido ajustado **100%**
⁽¹⁾ Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 11 de maio, 11 de agosto e 09 de novembro de 2022, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022, respectivamente. ⁽²⁾ Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituir uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICP-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA. **25.6. Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Segue movimentação nos exercícios:

Saldo em 2021 e 2020	2022	2021
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(109.656)	(130.494)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	22.225	31.572
	(7.557)	(10.734)
Saldo em 2022 e 2021	(94.988)	(109.656)

26. RECEITA OPERACIONAL

	2022		2021		
	Fora do escopo dos auditores independentes	Fora do escopo dos auditores independentes	Fora do escopo dos auditores independentes	Fora do escopo dos auditores independentes	
	Nº de consumidores	MWh	R\$ consumidores	MWh	R\$
Recita Bruta					
Residencial	769.435	1.196.725	965.925	745.981	1.185.325
Industrial	1.000	156.711	110.193	1.804	114.577
Comercial	46.853	416.194	379.339	45.654	424.460
Rural	22.068	108.549	61.790	23.314	127.495
Poder público	5.219	131.524	99.256	5.234	114.182
Iluminação pública	1.292	190.295	77.864	1.197	201.925
Serviço público	1.612	105.040	60.565	1.543	179.315
Consumo próprio	109	2.484	-	115	2.493
Subtotal	847.588	2.307.522	1.754.932	824.012	2.406.999
Suprimento de energia a concessionárias	2	115.440	33.845	2	556.527
Fornecimento não faturado líquido	-	(8.139)	(21.628)	-	7.360
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	165	-	112.830	123	82.055
Bônus de redução voluntária do consumo	-	-	-	-	(13.602)
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	-	-	-	-	13.502
Recita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	237.754	-	130.454
Penalidades regulatórias	-	-	(3.440)	-	(1.811)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	-	-	-	-	(1.760)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - tributos a recuperar	-	-	-	-	1.641
Fair Value ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	41.786	-	60.412
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	(28.518)	-	196.307
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	122.791	-	102.541
Outras receitas operacionais	-	-	23.656	-	24.792
Total - receita operacional bruta	847.755	2.419.823	1.634.966	824.137	2.970.886
Deduções da receita operacional					
ICMS	-	-	368.503	-	397.645
PIS	-	-	26.690	-	31.441
COFINS	-	-	122.937	-	144.817
ISS	-	-	1.036	-	894
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT	-	-	225	-	225
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	5.360	-	6.556
Encargos de consumidor - Procel	-	-	1.340	-	1.641
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	103.746	-	61.349
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	2.680	-	3.283
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	2.680	-	3.283
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	1.340	-	1.641
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	2.730	-	2.281
Total - deduções receita operacional	-	-	639.042	-	655.116
Total - receita operacional líquida	847.755	2.419.823	1.634.966	824.137	2.970.886

⁽¹⁾ Recita de construção da infraestrutura - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICP-01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço		Despesas Operacionais		Total	
	Com energia elétrica - operação	De Prestado a terceiros	Despesas Operacionais Gerais e administrativas	2022	2021	2022
Energia elétrica comprada para revenda	602.479	-	-	602.479	955.040	-
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	108.621	-	-	108.621	94.744	-
Pessoal e administradores	-	38.647	4	23.834	62.485	92.142
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	433	433	476
Benefícios pós emprego	-	2.616	202	6.487	9.305	2.647
Material	-	14.462	33	3.323	17.818	14.408
Serviços de terceiros	-	32.943	10	42.006	74.959	70.946
Amortização e depreciação	-	11.638	-	4.867	76.507	69.875
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	15.348	-	-	15.348	12.641
Reversão de provisões para custos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	4.268	4.268	(17.105)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	-	237.754	237.754	130.454
Outras	-	5.351	15	11.245	16.611	15.003
Total	711.100	181.005	238.018	96.465	1.226.598	1.441.171

	Custo do serviço		Valores em R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
Energia de Itaipu - Binacional	-	473.165	-	-
Energia de Leilão	2.011.666	1.330.721	434.675	553.661
Energia Bilateral	11.297	163.522	4.637	733
Cotas de Angra - Resolução Normativa nº 530/2012	96.267	90.251	33.017	25.807
Energia de curto prazo - CCEE ⁽¹⁾	5.117	44.166	27.683	247.371
Cotas Garantia Física - Resolução Homologatória nº 1.410/2013	646.596	637.635	86.804	138.935
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	54.887	50.351	35.275	22.727
Energia de reserva - ERR	-	-	40.942	11.357
(1) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(60.554)	(9.222)
Total	2.825.830	2.789.811	602.479	955.040

⁽¹⁾ Informações fora do escopo dos auditores independentes. ⁽²⁾ Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, Ilminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu, efeito dos encargos de serviços do sistema e de energia de reserva.

28. OUTROS RESULTADOS

Outras receitas	2022	2021
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	3.124	1.918
Outras	2.318	724
	5.442	2.642
Outras despesas		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(10.786)	(5.514)
Outras	(2.051)	(1.579)
	(12.837)	(7.093)
Total	(7.395)	(4.451)

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Recitas Financeiras		
Recita de aplicações financeiras	20.121	8.181
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	33.967	34.604
Juros ativo financeiro setorial	4.751	6.667
Juros Selic s/ impostos a recuperar	646	356
Tributos s/ receitas financeiras	(3.694)	(2.809)
Atualização efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(6.471)	8.435
Outras receitas financeiras	3.495	2.170
Total receitas financeiras	75.577	57.604
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - Juros ⁽¹⁾	(82.280)	(47.472)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial ⁽¹⁾	(35.360)	(43.215)
(1) Transferência para ordens em curso	733	733
Ajuste valor presente ativo	(2.159)	(2.294)
Marcação a mercado da dívida	5.508	11.564
Marcação a mercado derivativos	(7.834)	(14.405)
Instrumentos financeiros derivativos	(10.764)	23.112
Despesas bancárias/IOF	(9.332)	(9.432)
Comissão de aval	(628)	(2.565)
Juros passivo financeiro setorial	252	(1.098)
Atualização provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	(8.654)	(6.471)
Atualização efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(6.609)	(5.902)
Outras despesas financeiras	(164.639)	(100.204)
Total despesas financeiras	(88.882)	(42.600)

⁽¹⁾ Inclui o montante de R\$3.008 de juros e R\$5.589 de variação cambial referente a taxa de Parcelamento INERGV - Plano BD x DEFICIT 2018 reconhecido em dezembro/2022.

30. LUCRO POR AÇÃO

Numerador	2022	2021
Lucro líquido do período	269.589	296.381
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	196	196
Lucro líquido básico por ação ordinária ⁽¹⁾	1.375,45	1.512,15

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: - Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e identificados - Nível 2 - Preços cotados, incluindo no Nível 1 ações não observáveis no ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente (preço do derivado de preços). - Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função da Companhia ter classificado o Ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação do valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R\$41.786 (R\$60.412 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

Nível	2022		2021	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	16.492	16.492	29.891	29.891
Consumidores e concessionárias	365.092	365.092	413.741	413.741
Ativos financeiros setoriais	406.808	406.808	672.457	672.457

Nível	2022		2021	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivo				
Custo amortizado:				
Fornecedores	114.080	114.080	188.733	188.733
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	982.350	986.566	991.853	996.456
Arrendamentos operacionais	481	481	482	832
Passivos financeiros setoriais	129.550	129.550	56.199	56.199
Total	1.226.461	1.230.677	1.237.617	1.242.220

Nível

HORRORÍPO

QUEM LÊ SABE MAIS

Ano XVII • Aracaju (SE)

FUNDADOR: JOÃO ALVES NETO, EM 21 DE JANEIRO DE 2001

Aracaju (SE), SEXTA-FEIRA, 24 de março de 2023



ENERGISA SERGIPE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ nº 13.017.462/0001-63

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	(Deterioração de 25%)	Cenário II	(Deterioração de 50%)
Dívida moeda estrangeira - USD	(294.655)		(294.655)	(294.655)	(294.655)	(294.655)
Variação dívida	-		-	-	-	-
Swap cambial		Alta CDI				
Posição ativa						
Instrumentos financeiros derivativos - USD	326.552		326.552	326.552	326.552	326.552
Variação	-		-	-	-	-
Posição passiva						
Instrumentos financeiros derivativos - taxa de juros CDI	(306.484)		(306.484)	(331.537)	(356.213)	(429.729)
Variação - taxa de juros CDI	-		-	(25.053)	(49.729)	(29.661)
Subtotal	20.065		20.065	(8.985)	(29.661)	(29.661)
Total líquido	(274.587)		(274.587)	(299.640)	(324.316)	(324.316)

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de exposição cambial é recalculada, isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida. Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de em 31 de dezembro de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	(Deterioração de 25%)	Cenário II	(Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:						
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	145.071	Alta do CDI	17.771	22.214	26.657	26.657
Instrumentos financeiros passivos:						
Swap	(171.416)	Alta do CDI	(20.998)	(26.248)	(31.497)	(31.497)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(445.836)	Alta do CDI	(41.650)	(52.063)	(62.475)	(62.475)
Alta do IPCA	(25.769)		(32.211)	(38.654)	(38.654)	(38.654)
Subtotal ⁽²⁾	(957.250)		(88.417)	(110.522)	(132.626)	(132.626)
Total (Verbas)	(812.179)		(70.646)	(88.308)	(105.969)	(105.969)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2022 (12,25% ao ano), cotado das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2022, IPCA 5,78% ao ano. (2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$28.874. Gerenciamento de risco de liquidez: O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

32. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os saldos registrados no passivo relacionados a benefício pós-emprego compõem-se de:

	Nota explicativa	2022	2021
Contrato Migração	18	71.853	82.549
Contrato de equipacionamento do déficit - Planos BD-1 e PS ⁽¹⁾	18 e 32.1	21.967	69.321
Provisão atuarial - Previdência	32.1	84.291	87.594
Provisão atuarial - Prêmio Aposentadoria	32.2	4.288	4.629
Provisão atuarial - Saúde	32.3	12.682	29.331
Total		195.081	273.424
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		93.820	151.870
Benefícios pós-emprego		101.261	121.554

32.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, dois na modalidade de benefício definido, sendo um salgado, e dois de contribuição definida, estando apenas um plano aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. A administração desses planos é realizada por meio das instituições elencadas a seguir: - Energisprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar; e - INERGIUS - Instituto Energisa de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 3.761, de 20/05/1986 do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. A PREVIC aprovou em outubro de 2020 a transferência de gerenciamento dos Planos PSI e PCD para a EnergisaPrev, com data efetiva de transferência ocorrida em 04 de janeiro de 2021, ficando apenas o Plano BD sob administração do Instituto INERGIUS. A contribuição da patrocinadora para os planos de benefícios previdenciários durante o exercício de 2022 foi de R\$3.370 (R\$3.159 em 2021). Os planos de benefício patrocinados pela Companhia são como segue: **a. Plano INERGIUS de Benefício Definido - BD-1:** Instituído em 1986, encontra-se em extinção desde 2009, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares a aposentadoria por tempo de serviço/idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido sendo custeado pelos participantes assistidos e patrocinadora. O plano vem sendo mantido pela patrocinadora e regularmente apresentava déficit atuarial. Durante o exercício de 2009, na busca do equipacionamento desse plano, foi aprovação junto a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar das seguintes alterações do referido plano: - Fechamento do Plano de Benefício Definido (BD-1) para novos participantes; - Criação do Plano Sergipe Salgado (PSI) para o qual puderam migrar os participantes ativos do BD-1; e - Criação do Plano de Contribuição Definida (PCD) para o qual puderam migrar todos os participantes ativos que migraram concomitantemente para o plano (PSI). Tendo em vista o déficit atuarial recente que o plano BD-1 apresentava, a Companhia implementou em 2018 um programa de incentivo a migração de participantes desse plano para o plano CD, mediante aporte de recursos no plano de destino em volume correspondente à recomposição das reservas matemáticas individuais do interessado, incluindo acordos quando da existência de processos judiciais. O programa foi aprovado pela PREVIC sob Portaria nº 915 de 24/09/2018. O programa de migração obteve adesão de 78% dos participantes, correspondendo a 67% das Reservas Matemáticas. A Companhia firmou com o INERGIUS contrato de financiamento de reservas de migração e outras vantagens em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$127.118, composto pela parcela do déficit atuarial do Plano BD-1 no valor de R\$94.785, do valor do incentivo à migração relacionados aos participantes, assistidos e beneficiários que formalizaram a opção pela migração no PCD. No dia 01 de R\$32.335 pelo adiantamento ao Plano BD-1, devido à iliquidez de determinados ativos que deveriam ser transferidos ao PCD. Em janeiro de 2019 foi paga uma parcela de R\$3.000 e o saldo restante, parcelado em 89 parcelas mensais e sucessivas com vencimento no dia 15 de cada mês, sendo a primeira dívida no dia 15 de fevereiro de 2019 e a última com vencimento em 15 de junho de 2020. O saldo em 31 de dezembro de 2022 e de R\$71.853 (R\$82.549 em 2021), registrado em empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 18). **b. Plano Sergipe Salgado (PSI):** Instituído em 2008 com estrutura na forma de benefício definido, foi aberto à migração dos participantes ativos cadastrados no Plano de benefício definido (BD-1) e encerrado o prazo para migração em março de 2009. Os participantes que optaram pela migração para o plano (PSI) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. Neste plano salgado permanecem garantidos todos os direitos acumulados dos participantes até a data de transição/adesão aos novos planos, garantindo ainda todas as condições regulamentares para concessão dos benefícios definidos no plano original. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção de dívida pela patrocinadora com o respectivo fundo patrocinado - INERGIUS. Em função de suas características, o plano (PSI) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadora, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora. O Plano Sergipe Salgado teve sua administração transferida para a EnergisaPrev em janeiro de 2021. **c. Plano Sergipe de Contribuição Definida (CD):** O Plano Sergipe CD de Contribuição Definida foi criado para novas adesões, sendo caracterizada por ser conhecido os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. O plano teve sua administração transferida para a EnergisaPrev em janeiro de 2021. **d. Plano Energia CD:** A Companhia, além de patrocinar um plano de contribuição definida após a reestruturação apresentada acima, patrocina outro plano de contribuição definida - Energia CD, único atualmente aberto para ingresso de novos participantes. O plano Energia CD, administrado pela EnergisaPrev, fundação Energisa de Previdência, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com a ANEP. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a composição de participantes e beneficiários do plano é como segue:

	2022	2021
Participantes e beneficiários	333	182
Ativos	1	-
Autopatrocinados	1	-
BPD	3	-
Assistidos	333	182
Total	337	183

32.1.1. Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial: Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial. Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2022, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação: **a. Número de participantes/beneficiários**

	2022	2021
Plano BD-1	1	298
Plano PSI	73	123
MI 85	103	9
Família Real	11	30

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial

	2022	2021		
Plano BD-1	Plano PSI	Plano BD-1	Plano PSI	
Número de participantes	1	275	1	298
Número de assistidos	73	135	73	123
Número beneficiários Pensionistas	103	11	30	9

I - Premissas Biométricas

	2022	2021
Tábu de Mortalidade Geral ⁽¹⁾	BR-EMS 2015 LIGHT FRACA	BR-EMS 2015 LIGHT FRACA
Tábu de Entradas em Invalidez	MI 85	MI 85
Tábu de Mortalidade de Invalídios ⁽²⁾	Família média padrão	Família média padrão
Composição Familiar (Ativos)	Família Real	Família Real
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real

II - Variáveis Econômicas

	2022	2021
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,26% a.a.	5,31% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	5% a.a.	4,50% a.a.
Pava de Rendimento Esperado dos Ativos	11,57% a.a.	11,57% a.a.
Fator Capacidade Saldado e de Benefício	100% a.a.	100% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,88% a.a.	0% a.a.
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.

III - Regime Financeiro de Capitalização Crédito Unitário Projetado Crédito Unitário Projetado Crédito Unitário Projetado Crédito Unitário Projetado
Tais específicas por ser novo. As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia. Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1). O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados. Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como "reservas técnicas" em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquido dos tributos. **c. Conciliação da posição dos planos:** A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

	2022	2021				
Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	Plano BD-1	Plano PSI	Total	Plano BD-1	Plano PSI	Total
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	(77.565)	71.640	(5.925)	(85.587)	77.458	(8.129)
Ganhos/(Perdas) dos ativos	48.281	(2.208)	46.073	5.398	(8.438)	(3.040)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	7.036	7.036	-	5.077	5.077
Contribuições do empregador	326	2.056	2.382	5.786	966	6.752
Contribuições dos participantes do plano	(3.909)	(5.257)	(9.166)	(3.640)	(3.423)	(7.063)
Benefícios pagos	(32.340)	73.267	40.927	(77.565)	71.640	(5.925)
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021						
Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	Plano BD-1	Plano PSI	Total	Plano BD-1	Plano PSI	Total
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	43.344	107.646	150.990	42.110	115.577	157.687
Custo do serviço corrente	2	2	4	13	13	26
Custo dos juros	4.178	10.607	14.785	2.551	8.018	10.569
Contribuições de participantes do plano	527	-	527	478	-	478
(Ganhos)/Perdas atuariais	(1.151)	(8.802)	(9.953)	1.832	(12.846)	(11.014)
Benefícios pagos	(3.909)	(5.257)	(9.166)	(3.640)	(3.103)	(6.743)
Valor presente das obrigações em 2022 e 2021	42.991	104.194	147.185	43.344	107.646	150.990

	2022	2021				
Posição líquida dos planos	Plano BD-1	Plano PSI	Total	Plano BD-1	Plano PSI	Total
Valor justo dos ativos	(32.340)	73.267	40.927	(77.565)	71.640	(5.925)
Valor presente das obrigações	(42.991)	(104.194)	(147.185)	(43.344)	(107.646)	(150.990)
Posição líquida	(75.331)	(30.927)	(106.258)	(120.909)	(36.006)	(156.915)
Deficit passível de reconhecimento	(75.331)	(30.927)	(106.258)	(120.909)	(36.006)	(156.915)
Valor líquido reconhecido no balanço						
Movimentação dos Saldos						
Posição líquida em 2021 e 2020						
Efeito no ORA						
Contribuição do empregador						
Efeito no resultado do exercício						
Posição líquida em 2022 e 2021						
Circulante						
Não Circulante ⁽¹⁾						

(1) Inclui o montante de R\$14.629 (R\$14.038 em 2021) registrado em empréstimos e financiamentos - nota explicativa nº 18. Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2023, segundo critérios do CPC 33 (R1) é como segue:

	2023	
Custo do Serviço Corrente	1	
Custo dos juros	16.504	
Retorno dos Ativos do Plano	(8.294)	
Total de despesa a ser reconhecida	8.211	
Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos		
	PSI	
	2022	2021
Titulos públicos	73,98%	68,68%
Cotas de fundos de renda fixa	25,54%	30,99%
Empréstimos a participantes	0,48%	0,33%
	100%	100,00%

d. Análise de sensibilidade: A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação de benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2022	2021	
Movimentação dos Saldos	Plano BD-1	PSI	
Valor presente das obrigações Atuariais real	42.991	43.344	107.646
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	44.447	44.349	110.001
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%	41.943	42.397	103.454

32.2. Prêmio aposentadoria: A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresen-

tarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio. O saldo de patrocínio do prêmio monta em R\$4.288 (R\$4.629 em 2021) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios pós-emprego - plano de pensão no passivo circulante O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida R\$544 (R\$566 em 2021) e no não circulante R\$3.744 (R\$4.063 em 2021).

	2022	2021
Reconciliação	4.629	4.436
Posição líquida em 2021 e 2020	(907)	(180)
Efeito no ORA	-	(17)
Pagamentos vertidos no ano	566	390
Efeito no resultado do exercício	4.288	4.629
Circulante	544	566
Não Circulante	3.744	4.063

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2023, segundo critérios do CPC 33 (R1) é como segue:

	2023	
Custo do serviço corrente	167	
Custo dos juros	344	
Total de despesa a ser reconhecida	511	
32.3. Plano de saúde: A Companhia mantém benefício pós-emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade de pós-pagamento cujas mensais para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação. O saldo atuarial do plano de benefício de saúde pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2022 é de R\$12.682 (R\$29.331 em 2021), tendo sido apurado no exercício o montante de R\$16.649 (R\$23.670 em 2021) dos quais R\$302 foi registrado na rubrica entidade de previdência privada - despesa de pessoal em 2021. Em 2022 R\$2.948 (R\$3.662 em 2021) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além, R\$19.597 (R\$27.634 em 2021) referente aos ganhos e perdas atuariais contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam dirito, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as despesas com os planos de saúde foram de R\$5.498 (R\$4.906 em 2021). Inclui R\$302 em 2021 referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós-emprego. Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.		
Valor presente das obrigações no início do exercício	29.331	53.001
Custo do serviço corrente	2.948	3.662
Custo dos juros	(19.597)	(27.634)
(Ganhos) atuariais - ORA	12.682	29.331
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	1.628	2.948
Circulante	11.054	26.383
Não Circulante		
Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2023, segundo critérios do CPC 33 (R1) é como segue:		
	2023	2021
Custo do serviço corrente	161	1467
Custo dos juros	1.467	1.628
Total de despesa a ser reconhecida	1.628	1.628
Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.		

Principais hipóteses atuariais utilizadas

	2022	2021
UNIMED NACIONAL	5,31%	5,31%
SULAMERICA	4,50%	4,50%
UNIMED NACIONAL	10,05%	10,05%
UNIMED NACIONAL	4,50%	4,50%
UNIMED NACIONAL	4,00%	4,00%
UNIMED NACIONAL	8,68%	8,68%
UNIMED NACIONAL	8,00%	8,00%
UNIMED NACIONAL	75,00%	75,00%
UNIMED NACIONAL	3,00%	3,00%

VARIÁVEIS ECONÔMICAS
Taxa Real de desconto da obrigação atuarial
Expectativa real de inflação futura
Taxa de desconto da obrigação atuarial
Taxa de crescimento de benefícios
Taxa Real de crescimento de custos médicos
Taxa de crescimento de custos médicos
Taxa de rotatividade
Permanência no plano na aposentadoria
Fator de envelhecimento
TÁBUAS BIOMÉTRICAS
Tábu de mortalidade
Tábu de invalídios
Entrada de invalidez
Método de financiamento

	2022	2021
BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)
Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

33. COBERTURA DE SEGUROS
A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, estão fora do escopo dos auditores independentes. As principais coberturas são:

	Data de vencimento	Importância segurada	Prêmio Anual
Riscos operacionais	22/12/2023	90.000	402
Responsabilidade civil geral	23/11/2023	90.000	264
Auto frota	23/10/2023	Até 360/veículos	90
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2024	69.439	211
Responsabilidade civil administradores e diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	21
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2023	25.000	82

CORREIO DE SERGIPE

QUEM LÊ SABE MAIS

Ano XVII • Aracaju (SE)

FUNDADOR: JOÃO ALVES NETO, EM 21 DE JANEIRO DE 2001

Aracaju (SE), **SEXTA-FEIRA**, 24 de março de 2023



ENERGISA SERGIPE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ nº 13.017.462/0001-63

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede elétrica:** Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria): Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 26 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade de sua rede elétrica, através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo de medição de volumes de energia e tarifas aplicadas; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) a execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios:** Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria): Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas,

cíveis, fiscais e regulatórios (doravante "provisão para riscos"), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação complementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 16 de março de 2022, sem modificação de opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de

elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Deloitte.



Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200/2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.

Aponte a camera do seu celular para o QR code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Correio de Sergipe. Acesse também por meio do link: <https://ajn1.com.br/publicacaolegal/>



Agência Jornal de Notícias



www.ajn1.com.br